



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

No ano passado, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) propôs, relativamente a uma queixa de residentes na área da provedoria de justiça, que a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) uniformizassem os critérios sobre a emissão de fumos gordurosos. Já se passou um ano, mas continuam a coexistir as “Instruções para controlo da poluição por fumos negros e oleosos e cheiros provenientes dos estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos congéneres” e as “Normas Técnicas Propostas para a Instalação de Chaminés e Equipamentos de Controlo da Poluição por Fumos Negros e Oleosos e Cheiros Provenientes dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas e Estabelecimentos Congéneres” definidas pela DSPA e os “Critérios dos testes e padrões de fumos gordurosos emitidos” definidos pelo IACM. Esta situação resulta em critérios diferentes sobre a concentração máxima de fumos gordurosos emitidos, o tempo da sua emissão e o tipo de fumos permitidos, demonstra falta de coordenação entre os serviços públicos ao nível da política ambiental, e cria dificuldades aos residentes no cumprimento dos critérios em causa.

Este problema deve-se à sobreposição de funções entre o IACM e outros serviços públicos. A DSPA é responsável pelo estudo, planeamento, execução, coordenação e promoção da política ambiental, por isso, com a sua criação, o IACM viu serem-lhe retiradas algumas das suas funções no âmbito da protecção ambiental, apesar de continuar a ser responsável pela segurança alimentar, higiene pública, limpeza da cidade, manutenção das zonas verdes, etc., o que deu azo a falta de coordenação entre aqueles



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

serviços. Portanto, a devida actualização das funções do IACM é um trabalho importante na futura reforma da Administração Pública, sendo necessário definir um rumo concreto para aquela actualização.

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo está a elaborar o projecto do “regime de critérios e fiscalização de fumos gordurosos emitidos pelos estabelecimentos de restauração e bebidas”. Que assuntos é que foram discutidos pela DSPA e pelo IACM? Esse regime vai substituir os referidos critérios e padrões em vigor? Como é que o IACM e a DSPA vão dividir os trabalhos de protecção ambiental no sector da restauração e bebidas?
2. Quanto à sobreposição de funções entre o IACM e a DSPA, que avaliação e acompanhamento é que foi efectuado pela comissão de acompanhamento do IACM? Quanto às futuras organização e funções do IACM, que sugestões é que a comissão apresentou?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

Si Ka Lon

12 de Dezembro de 2014